



PROBLEMAS na escala do Huse preocupam o MPE de Sergipe

AÇÃO NA JUSTIÇA

MPE pede escala no Huse

O Ministério Público do Estado (MPE) ajuizará ação civil pública em face da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) com o objetivo de que seja regularizada a escala de profissionais de enfermagem no Hospital de Urgência de Sergipe (Huse). A propositura é consequente de uma ampla inspeção efetuada pelo Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe (Coren-SE) nos dois últimos anos, cujo relatório foi entregue ao órgão fiscalizador em novembro do ano passado. No documento, foram apontadas as irregularidades encontradas na unidade de alta complexidade, a exemplo da presença de profissionais sem registro, inadequação do exercício da profissão conforme a legislação e a falta de materiais e insumos para o desenvolvimento de suas atividades.

A opção pelo ajuizamento da ação foi o resultado da audiência pública realizada ontem, 4, na sede do MP, onde a FHS, através de seu procurador Carlos Diego Freitas, sugeriu a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), uma vez que estão sendo tomadas as providências necessárias para a contratação emergencial de profissionais através de um Processo Seletivo Simplificado (PSS) a ser realizado ainda este mês para contratação em março e também por meio de concurso público, cuja previsão de publicação de edital é o final do próximo mês.

Ao ressaltar a morosida-

de para sanar uma problemática que tem sido apontada pela categoria há dois anos, a presidente do Coren-SE, Gabryella Garibalde, afirma que o ajuizamento da ação é o melhor caminho. "O déficit de profissionais no Huse não é um problema atual. Há dois anos que vemos inspecionando e cobrando a tomada de providências. A firmação do TAC não seria viável para a gente, pois gostaríamos que se fosse o caso, ele fosse firmado durante essa audiência que deveria ter ocorrido em novembro do ano passado. A expectativa é grande quanto à realização da contratação, pois trabalhamos com uma taxa de 175% de ocupação do Huse, ou seja, 75% superior à capacidade do hospital. Aliado a isso temos a falta de materiais, a exemplo de roupas privativas para entrada em centros cirúrgicos. Então, queremos que ocorra essa regularização e acreditamos que com ação será possível alcançar", afirmou.

Para a promotora Euza Missano, é importante que o déficit de profissionais seja sanado para que seja regularizada a assistência aos usuários. "Ano passado, o Coren nos apresentou um relatório da inspeção feita pela entidade, sendo constatada a deficiência na assistência aos usuários da rede pública de saúde. E na audiência de hoje, ficou decidido pelo ajuizamento da ação para a resolução dessa problemática e para que a assistência seja normalizada", afirmou.